

8 DE MARÇO

#PrimaveraFeminista: As mulheres estão nas ruas em luta por direitos e conquistas

A Coordenação de Mulheres do STU chama todas as trabalhadoras da Unicamp a participar das ações em homenagem ao Dia Internacional de Luta Feminista.

2015 foi um ano em que a famosa frase da líder feminista e fundadora do Partido dos Panteras Negras (movimento revolucionário de autodefesa negra nascido na década de 1960 nos Estados Unidos) fez muito sentido.

As mulheres saíram às ruas em todo o Brasil para impedir a aprovação do projeto do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ) que impõe às vítimas de estupro a segunda violência de correr o risco de ter um filho do esturpador. Cunha, réu no escândalo de desvio de verbas da Petrobras (a Operação Lava Jato), é autor do Projeto de Lei 5069/2013. O PL dificulta o atendimento médico às vítimas de violência sexual, exigindo boletim de ocorrência e criminalizando médicos e profissionais de saúde que assegurem à mulher o direito previsto no Código Penal de 1940.

A revolta contra o PL do Estupro, a mobilização contra o assédio sexual nos transportes e vias públicas, a exigência de maior representatividade nos espaços de decisão e a denúncia do racismo e da LGBTfobia marcaram o ano passado. Estivemos à frente também das mobilizações contra o aumento das tarifas de transporte e nas ocupações que derrotaram a tentativa do Gover-

no Alckmin de fechar uma centena de escolas. E realizamos a 1ª Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver, que levou cerca de 20 mil afrodescendentes a Brasília no dia 18 de novembro.

Neste ano, que começa com o aprofundamento da crise econômica e do desemprego, as ameaças de uma “reforma” da Previdência para aumentar o tempo de serviço das mulheres e do avanço da terceirização com o PLC 30/2015 (que na Câmara dos Deputados tramitou como PL 4330/2004 e legaliza a precarização da mão de obra

em todas as áreas da economia), mais uma vez temos que tomar as ruas para defender nossos direitos e conquistas. Contra o ajuste fiscal que atinge mais fortemente às mulheres, em defesa do direito ao nosso corpo, por saúde e educação pública de qualidade seguiremos em luta!

AGENDA FEMINISTA

8 de março (terça-feira)

6h30 - Café da Manhã e exposição de Fotos sobre as mulheres lutadoras na Universidade (entrada do estacionamento da creche - atrás do colégio Sérgio Porto);
12h – Oficina de turbantes (saguão do PB);

16 h - Ato estadual “Mulheres nas ruas por liberdade, autonomia e democracia pra lutar: pela legalização do aborto, contra a reforma da previdência e o ajuste fiscal e pelo fim da violência contra a mulher” (concentração às 16 horas no vão livre do Masp - São Paulo).

11 de março (sexta-feira)

12h – Oficina de Defesa Pessoal (saguão do PB).

12 de março (sábado)

9h - Ato campineiro “Mulheres ocupam as ruas e a política, por nenhum direito a menos” (Concentração às 9h na Estação Cultura e encerramento no Largo da Catedral).

“Lugar de mulher é na luta!” Angela Davis



Frente à epidemia do Zika Vírus é necessário fortalecer a defesa das mulheres

Rodolfo Perissinotto (via Facebook)



A epidemia do Zika vírus já foi classificada pela Organização Mundial de Saúde como situação de emergência global devido às complicações neurológicas generalizadas que vêm sendo observadas em bebês cujas mães foram infectadas durante a gravidez.

O descaso histórico dos governos com a rede de saneamento básico e de saúde pública fez explodir uma calamidade da qual ainda não é possível

dimensionar as proporções.

O alerta da OMS deixa claro que o debate não deve ser em torno da microcefalia, mas sim da chamada Síndrome Congênita Associada ao Zika e como ela afeta as vidas das mulheres, sua saúde mental, impossibilita-as de continuar trabalhando porque esses filhos exigem dedicação integral por toda a vida. Além da possibilidade do sofrimento das crianças, visto que já se

comprovou cientificamente que o vírus destrói as células neuronais.

Frente a essa realidade a defesa de mais investimentos no SUS e do direito de opção das mulheres infectadas pelo Zika vírus levarem ou não adiante a gestação é uma necessidade. Assim como a defesa de que o Estado garanta assistência integral àquelas que tiveram ou terão seus filhos com a chamada Síndrome Congênita associada ao Zika vírus.

Em Campinas e na Região Metropolitana, mais uma vez a população enfrenta números recordes de dengue. As altas temperaturas e o recente alagamento da Universidade vão exigir respostas imediatas para evitar a exposição da comunidade universitária - e em particular das professoras, servidoras e estudantes grávidas - à contaminação pelo Zika Vírus.

O STU acompanha de perto as iniciativas da Unicamp e alerta a todos os funcionários para a necessidade e exigir o combate aos focos do mosquito.

VIOÊNCIA

Universidades ainda é espaço hostil às mulheres

As mulheres ainda sofrem diariamente com a violência mesmo dentro do universo acadêmico. Da desqualificação intelectual à violência sexual, alunas e trabalhadoras são obrigadas a lidar com comportamentos masculinos agressivos no local onde deveriam ter a possibilidade de aprender, trabalhar e trocar experiências.

Pesquisa realizada no final de 2015 pelo Instituto Avon e pelo Data Popular revelou que 67% das estudantes entrevistadas já sofreu alguma forma de violência (moral, psicológica, sexual ou física) no ambiente universitário. Outros dados chocantes: 56% das universitárias já sofreram alguma forma

de assédio sexual (cantadas ou abordagens agressivas) e 28% já foram vítimas de estupro.

Contudo, muitos dos estudantes homens ainda acreditam que as violências praticadas são “brincadeiras” ou consequências do comportamento das mulheres.

Não proporcionar a segurança necessária para que tenhamos livre acesso à educação é uma das várias formas de



discriminação por gênero. Portanto, é de fundamental importância que exista um debate e uma construção da igualdade de gênero dentro das universidades e na sociedade como um todo.

Vitória histórica da luta na DEdIC!

O início do Curso de Especialização em Educação de Crianças e Pedagogia da Infância no último dia 25 é resultado de uma vitória histórica da luta das trabalhadoras da Unicamp. O projeto teve início com 40 vagas exclusivas para professoras do CECI, CAS e PRODECAD e duração de um ano, mas existe o compromisso da reitoria em estender o projeto a profissionais da rede básica de ensino da região.

Esta edição especial do **Boletim do STU** entrevista Zilda Farias, ex-diretora do sindicato que por mais de dez anos esteve à frente da mobilização pelo direito à formação continuada das trabalhadoras do Sistema de Educação Infantil como parte da jornada (o que desde 2008 está previsto na Lei 11.738/2008, que reserva 1/3 da carga horária docente ao planejamento e aprimoramento profissional).

A pedagoga Zilda, que trabalha na creche desde os anos 1990, primeiro como contratada via Funcamp e depois efetivada via concurso, participou durante muitos anos do Fórum de Educação em Campinas, e representou o STU e as trabalhadoras da DEdIC como delegada às Conferências Nacionais de Educação em 2008, 2009 e 2010. Confira a entrevista.

Há mais de 10 anos a senhora luta para concretizar essa iniciativa. Quais são as expectativas em relação ao desenvolvimento do projeto a partir de agora?

Discutimos políticas para a DEdIC há vários anos. Não só eu. Há um grupo de colegas, algumas que nem estão mais aqui porque já se aposentaram, que participa da elaboração e fundamentação dessa pauta. Essa conquista é um dos itens da nossa pauta pela valorização da Educação Infantil.

Um curso em parceria entre a Faculdade de Educação e a DEdIC pode parecer óbvio e simples para quem não é daqui, mas infelizmente muitas coisas produzidas e construídas na Unicamp pelos pesquisadores não são acessíveis a nós, funcionários. No PROESP (curso de formação superior para as professoras das redes), nós, professoras das creches e pré-escola, não tínhamos direitos de prestar o processo seletivo. Tivemos que pedir ao sindicato e aos representantes dos funcionários no Conselho Universitário que levassem ao Consu o debate para termos direito de acessar aquele curso na época.

O curso envolve diversas faculdades da Unicamp (FE, FEE, FT e IA). Qual a importância dessa transversalidade num projeto de formação continuada e para o projeto pedagógico do Sistema de Educação Infantil da Universidade?

A principal Faculdade envolvida é a de Educação, e temos também professoras do IA. O que tem de inovador neste curso é que nós, docentes e pesquisadores, buscamos um método baseado em outra concepção de Educação Infantil e de Pedagogia, que respeita a infância e prioriza a arte, que traz Antropologia, Geografia, Sociologia e Política — lembrando que a infância não termina aos 5 anos de idade. E já que as crianças hoje são obrigadas a ir para o Ensino Fundamental mais cedo, a gente inclui essa campanha para formação de professores e gestores para o Ensino Fundamental também. Uma concepção construída e aprendida na militância no Sindicato e na Faculdade de Educação, com a professora Ana Lúcia Goulart — que foi quem abriu as portas da FE há muitos anos. Nós da Ed. Infantil não damos aulas, porque é uma educação específica para a criança pequena, com outra característica, mas que não é menos importante que o Ensino Fundamental, Médio e Superior.

O projeto é uma vitória da luta por formação continuada inserida na jornada de trabalho. Gostaria que falasse sobre esse conteúdo da conquista na perspectiva de uma educadora.

A formação continuada está sendo discutida pelo Brasil inteiro, está nos documentos do MEC, é lei, mas está difícil os governos implementarem o 1/3 da jornada para formação e planejamento. Isso já começou a acontecer aqui na DEdIC, onde temos mais ou menos 130 professoras e mais de 700 crianças. Eu costumo dizer que a gestão da DEdIC é como uma secretaria de Educação dentro da Unicamp, existem pequenos municípios que têm menos crianças em Educação Infantil e séries iniciais do que a gente. Nos últimos anos, o projeto educacional tem sido elaborado com um pouco mais de participação da comunidade. Isso também é novo. E é uma grande vitória a questão de estarmos em serviço, que é uma luta de professores no Brasil inteiro.

É uma vitória das professoras da DEdIC, mas também de uma visão de universidade e de educação, tem a ver com o papel da Universidade e a disputa de um outro modelo de educação.

É importante divulgar essa parte. A gente foi construindo essa consciência de ver a educação de outra forma, que não essa tradicional, sectária, preconcei-

tuosa e que reproduz as concepções burguesas da sociedade.

O STU também cumpriu um papel importante nisso, atuando pela pauta de reivindicações, mas também discutindo um modelo de universidade, de sociedade e de educação.

O sindicato tem feito isso. Para ter qualidade e diferença no cotidiano da Educação Infantil como um todo, tem que ter políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal, melhorar a formação básica nos cursos de graduação e a formação continuada, investir na carreira, salários e condições de trabalho. E, principalmente, estabelecer mais diálogo com as famílias para que entendam a função institucional da Educação Infantil, que não é a mesma do espaço privado familiar.

Entre as diretrizes do Plano Nacional de Educação/2014 está o respeito à diversidade - que vem sendo maliciosamente chamado de “ideologia de gênero”. Como esse debate se insere na proposta pedagógica ora iniciada?

Temos uma disciplina que aborda as questões das culturas - e várias outras também falarão sobre isso. Nessa disciplina falaremos sobre a diferenças, a inclusão, as diferentes etnias e culturas (afro, indígena...), a questão de gênero. Porém sabemos que ainda há muito que avançar nesse sentido. Infelizmente, as comunidades escolares ainda relutam muito em discutir essas questões e inserir nas práticas cotidianas esses temas. Então não é fácil e algumas coisas serão transformadas com o tempo.

Neste 8 de março o que a senhora tem a dizer às trabalhadoras da Unicamp e ao conjunto da sociedade sobre a importância de uma educação com perspectiva de gênero?

Nós mulheres, e os homens que lutaram lado a lado conosco e mudaram suas práticas, temos que lutar por mais creches e vagas. Não adianta lotar um espaço de crianças, ou colocar 30, 40 crianças numa sala com uma professora. Tem que ter vaga para todo mundo, mas tem que ter qualidade. Não é só garantir as refeições, pois isso é o mínimo. Temos que saber como as crianças estão convivendo, se estão sendo bem tratadas, já que muitas passam o dia inteiro nas escolas. Se conversássemos mais com todos os segmentos (família, gestores, professores e funcionários), conseguiríamos construir uma outra forma. E temos que lutar, ir para os fóruns de educação e sindicatos, e participar. Não existe outro jeito.

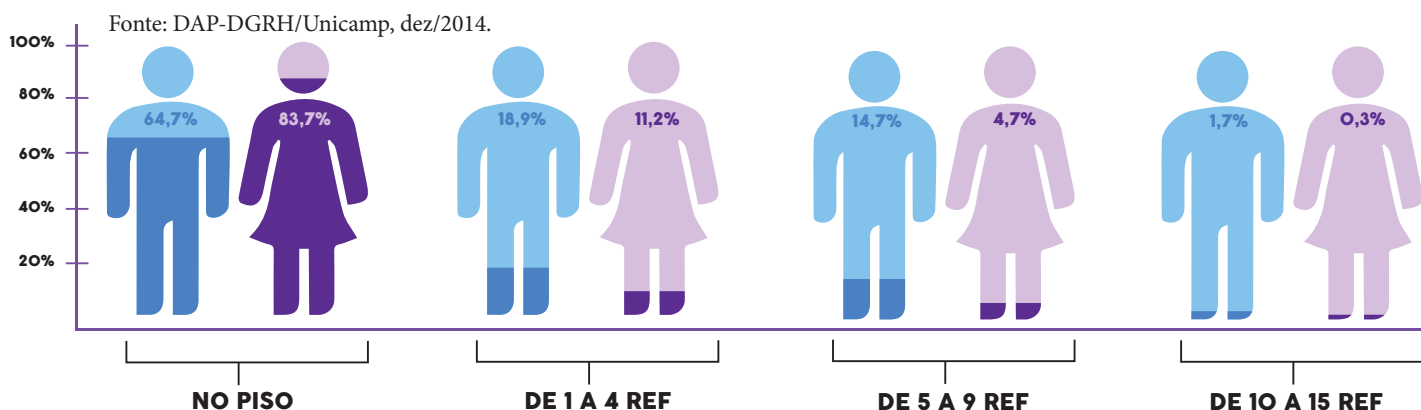
Por uma universidade que não oprima as mulheres

A participação das mulheres trabalhadoras na luta sindical é tão importante quando o papel que desempenhamos cotidianamente na construção da Universidade, que chega aos 50 anos perpetuando as desigualdades de gênero.

Na Unicamp enfrentamos o machismo no dia-a-dia das relações de trabalho. Ano passado tivemos a ingrata

surpresa da realização de uma semana comemorativa do Dia Internacional de Luta das Mulheres com eventos sobre moda, beleza e maquiagem. A iniciativa do GGBS indignou as trabalhadoras e estudantes, motivando um ato que repercutiu na mídia.

No ano de seu Jubileu, o debate sobre a valorização das trabalhadoras deve estar no centro da pauta.



Fim da desigualdade salarial

É preciso debater a desigualdade salarial entre homens e mulheres que se evidencia na reduzida ocupação de cargos de chefia por funcionárias e na progressão na carreira com base nas avaliações - que há dois anos sequer acontecem (ver gráfico acima).

30 horas na Saúde e na DEDIC

A luta pela jornada de 30 horas semanais para TODOS os servidores na Área da Saúde e na DEDIC tem também essa perspectiva de enfrentamento ao machismo. A maioria beneficiada seriam as mulheres, que enfrentam dupla ou tripla jornadas.

Saúde preventiva e integral

A melhoria e expansão das especialidades atendidas no CECOM, incluindo atendimento aos dependentes, terceirizados, contratados via Funcamp e aposentados é outra demanda que segue na pauta de luta do STU e das mulheres trabalhadoras na Universidade. Assim como o acom-

panhamento integral e especializado em Saúde da Mulher - com garantia de realização de exames preventivos para todas as funcionárias.

Mais vagas nas creches

A garantia de vagas no Sistema de Educação Infantil para todos os filhos de trabalhadoras - incluindo as terceirizadas e contratadas via Funcamp - é outra demanda em relação à qual a Universidade tem que cumprir seu papel social. Da mesma forma, é preciso que a Unicamp assegure a compatibilização das férias escolares com a dinâmica de trabalho das servidoras e servidores, assegurando atendimento às crianças nos espaços culturais pois esse é um direito das mães e dos pequenos também (educação não é só o processo formal de alfabetização e sociabilidade).

Fim das terceirizações e defesa dos direitos das terceirizadas

Muitas funcionárias, principalmente, as terceirizadas vivem em si-

tuação de vulnerabilidade social. Entre essas trabalhadoras a maioria são chefes de famílias que, em função da precariedade dos contratos, sofrem mais pesadamente com atrasos salariais e de benefícios, superexploração, mais assédio moral e sexual.

Essas trabalhadoras, em sua maioria negras, enfrentam também a combinação nefasta das opressões de classe, raça e gênero. É preciso dar um basta a essa realidade. E esse foi o sentido da Marcha das Mulheres Negras realizada em novembro de 2015. Esse é o sentido do 8 de março, que não é uma data para recebermos flores de quem nos oprime, violenta e desrespeita todos os outros dias, mas um momento de reflexão e luta pela construção de uma sociedade igualitária, não racista, não homofóbica e onde não haja espaço para a intolerância religiosa. Por isso o STU esteve presente na Marcha e é parte ativa da construção das mobilizações em homenagem ao Dia de Luta das Mulheres Trabalhadoras.